

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.386 - SP (2019/0042149-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : NUTRINS FERTILIZANTES LTDA
ADVOGADOS : EDSON SANTOS DE OLIVEIRA - SP342972
JOSE ANTONIO THOMAZ - SP350130
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MÁRCIO HENRIQUE MENDES DA SILVA E OUTRO(S) -
SP111338

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial de Nutrins Fertilizantes LTDA., fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE CDAS. JUROS DE MORA. PROCESSUAL CIVIL. Ação anulatória de débitos fiscais que tem por objeto CDAs que também são objeto de execução fiscal. Ação anulatória extinta sob o reconhecimento de falta de interesse de agir superveniente, à vista de decisão judicial proferida nos autos executivos, que, de ofício, reconheceu a inconstitucionalidade dos juros aplicados nos títulos, com determinação de redução à SELIC. Pretensão, na anulatória, que excede o reconhecimento de inconstitucionalidade dos juros. Afastamento parcial da falta de interesse de agir reconhecida em primeiro grau.

NULIDADE DAS CDAS. Do reconhecimento de inconstitucionalidade dos critérios da Lei Estadual n. 13.918/09 sobre os juros moratórios não decorre invalidação total dos títulos, nem autorização para suspensão/cancelamento do protesto da dívida inteira. Possibilidade de protesto, salvo se houver depósito do valor incontroverso. Inteligência do art. 151, II, do CTN.

VERBAS SUCUMBENCIAIS. Sucumbência recíproca. Vedação à compensação de honorária (art. 85, § 14, CPC). Honorários advocatícios devidos pela ré, à vista do art. 85, § 10, CPC. Honorários advocatícios, igualmente, devidos pela autora, à vista do art. 85, caput, CPC.

Sentença extintiva parcialmente reformada. Afastamento, em parte, da falta de interesse de agir reconhecida em primeiro grau, julgando-se, no mérito, improcedente o pedido.

Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 203 do Código Tributário Nacional e art. 2º, § 8º da Lei nº 6.830/80,

aduzindo necessidade de anulação dos títulos, posto que o lançamento de valores abusivos não constitui erro. No mais, sustenta que não há sucumbência recíproca, devendo a recorrida ser condenada em honorários advocatícios.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 282/290).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pelas seguintes razões: a) entendimento pacificado por essa Corte em sede de recursos repetitivos quando do julgamento do REsp n. 1.115.501/SP, com relação à possibilidade de alteração do valor constante da Certidão de Dívida Ativa quando configurado o excesso de execução; b) incidência da Súmula n. 7/STJ quanto à distribuição do ônus da sucumbência; c) ausência de desrespeito à legislação enfocada; d) não preenchimento do requisito legalmente previsto com relação à interposição do recurso pela alínea "c".

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Houve contraminuta pela parte agravada (e-STJ fls. 624/628).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante deixou de impugnar os fundamentos adotados na decisão de inadmissibilidade.

Inicialmente, observo que a parte deixou de interpor agravo interno a fim de impugnar a aplicação do repetitivo pela Corte de origem, deixando de atender ao previsto no art. 1.030, §2º, do CPC/15.

Com relação à Súmula n. 7/STJ, a parte sustentou apenas que (e-STJ fls. 299/300):

Como destaca-se no Recurso Especial acostado, o agravante requer a prestação jurisdicional no tocante ao conflito entre o que prevê o Código Tributário Nacional e a Lei de Execuções Fiscais. **Não se requer análise de provas, mas que seja fundamentada a decisão sobre o porquê de se seguir o que determina o CTN ou a LEF.**

Entretanto, o óbice da referida súmula foi aplicado com relação à tese dos honorários advocatícios, e não ao mérito do especial, razão pela qual as razões recursais deveriam ter demonstrado, fundamentadamente, que o acolhimento dessa tese específica não ensejaria o revolvimento de matéria fática e probatória, o que não ocorreu *in casu*.

Também com relação ao impedimento aplicado à alínea "c", o agravo limitou-se a colacionar julgados, deixando de esclarecer que o especial teria cumprido o devido cotejamento analítico previsto na legislação.

Em suma, o agravo reproduziu as razões do especial, deixando de rebater especificamente os óbices do juízo de inadmissibilidade, revelando combate não específico e inapto a reformar a decisão agravada.

Assim, na esteira do entendimento desta Corte Superior, não obedece ao comando do art. 932, III, do CPC/2015 (correspondente ao art. 544, § 4.º, inciso I, do CPC/1973), o agravo que não tenha atacado específica e fundamentadamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE PRELIBAÇÃO NEGATIVO. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A teor do disposto nos arts. 544, § 4º, I, do CPC/1973 e 932, III, do CPC/2015, compete à parte agravante infirmar especificamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, sejam eles autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

3. O princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de explicitar os motivos pelos quais a decisão recorrida deve ser reformada, trazendo argumentações capazes de demonstrar o seu desacerto, sob pena de vê-la mantida por seus próprios fundamentos.

4. Na hipótese, o agravante não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e direta, os motivos que levaram o Tribunal de origem a inadmitir o apelo extremo, notadamente a aplicação do óbice da Súmula 7 desta Corte, em flagrante desrespeito ao princípio da dialeticidade.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 443.001/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 18/08/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula 182 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.

3. O novo Código de Processo Civil, por meio do art. 932, reafirmou a jurisprudência desta Corte, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1600403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). MATÉRIA CONSTITUCIONAL. APRECIÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão

publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 7 do STJ).

3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, na via especial, suposta violação de matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 851.024/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 29/08/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator